



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2670 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 05 - Estado e Política Educacional

OS SENTIDOS DA ESCOLA NO CONTEXTO DA CRISE DE SENTIDO: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA PARCERIA PÚBLICO/PRIVADA

Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares - Criarte/UFES

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fapes

Esse texto apresenta uma experiência de parceria público/privada desenvolvida de maneira gradativa em algumas escolas públicas do município de Serra-ES – o Programa Educação em Valores Humanos – no contexto da *crise de sentido* como elucidativa de uma configuração social mais ampla alheia a princípios éticos e que dá lugar a alternativas de gestão cujo horizonte está mais próximo ao controle e ao equilíbrio dos problemas sociais do que de fato à superação desses dilemas. Afirma que experiências dessa natureza evidenciam a desresponsabilização do estado e assumem-se contrárias a uma racionalidade ancorada em políticas públicas comprometidas com uma transformação social, ainda que tais experiências destaquem essa importância.

Palavras-chave: Crise de sentido. Escola. Parceria público/privada.

OS SENTIDOS DA ESCOLA NO CONTEXTO DA CRISE DE SENTIDO: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA PARCERIA PÚBLICO/PRIVADA

Resumo: Esse texto apresenta uma experiência de parceria público/privada desenvolvida de maneira gradativa em algumas escolas públicas do município de Serra-ES – o Programa Educação em Valores Humanos – no contexto da *crise de sentido* como elucidativa de uma configuração social mais ampla alheia a princípios éticos e que dá lugar a alternativas de gestão cujo horizonte está mais próximo ao controle e ao equilíbrio dos problemas sociais do que de fato à superação desses dilemas. Afirma que experiências dessa natureza evidenciam a desresponsabilização do estado e assumem-se contrárias a uma racionalidade ancorada em políticas públicas comprometidas com uma transformação social, ainda que tais experiências destaquem essa importância.

Palavras-chave: Crise de sentido. Escola. Parceria público/privada.

INTRODUÇÃO

Berger e Luckmann (2005) afirmam que testemunhamos na atualidade uma *crise de sentido*, ou seja, uma radical mudança das condições básicas de vida, uma crescente transformação dos valores sociais, o que nos coloca diante de um mundo onde o que é valorizado é o fugaz, o aparente, o superficial, o sem-sentido. Assim, podemos afirmar que vivenciamos a perda de determinados referenciais, a valorização da superficialidade, um aprofundamento da pobreza e da violência.

Essa condição histórica que testemunhamos se desdobra em todos os âmbitos da vida social, logo, também nas instituições educativas. Embora muitos conhecimentos alcançados pela humanidade ao longo da história sejam colocados em pauta pela escola — o que significa uma possibilidade de se pensar sobre a existência humana e se responsabilizar pelo modo como temos conduzido a vida — sua efetividade tem sido desafiada por questões sociais mais amplas. A desestabilização dos valores em torno do bem comum, garantidores de uma consciência coletiva, cede lugar à lógica individualista, conforme Frigotto (2005), centrada na racionalização instrumental de todos os aspectos da existência.

Em contrapartida, a necessidade de nos voltarmos a nós mesmos é exaltada como maneira de superarmos as dificuldades e agitação da vida ordinária, haja vista o apelo às ideias relacionadas com *slogans* como “faça sua parte”; “depende de nós”. Diante desses apelos, os valores apregoados favorecem uma conformidade com as condições de vida atual, o que contribui para a degradação do humano. Nessa direção, muitas experiências que se autointitulam “inovadoras”, “eficazes”, “transformadoras” adentram às escolas pelo viés das parcerias público/privadas e se impõem às dinâmicas próprias das instituições educativas, que muitas vezes não deslegitimam essas experiências, seja pelas condições precárias a que estão submetidas, seja pela própria força e notoriedade que tais parcerias representam no contexto dessa *crise de sentido*. Experiências dessa natureza proclamam a urgência de superar o modelo escolar tal qual instituído, mas que, na verdade, favorecem um despotencializar de sua ação como instituição formativa.

Nessa direção, tomamos uma experiência desenvolvida de maneira gradativa em algumas escolas públicas do município de Serra-ES, em parceria com a iniciativa privada: o Programa Educação em Valores Humanos (PEVH). A partir de uma pesquisa mais ampla realizada por ocasião do Mestrado em Educação, situamos o PEVH por ser elucidativo de experiências que facilmente adentram e se desdobram nas escolas públicas, haja vista a relevância dos argumentos que propõem para se instaurar e a fragilidade do poder do Estado, representado por formas híbridas de gestão, fortemente marcadas pela presença de organismos privados, travestidos da ideia de interesse *público*.

Assim, destacamos primeiramente nesse texto o que Berger e Luckmann (2005) têm chamado *decrise de sentido* por meio de uma explanação acerca da *produção de sentidos* por entendermos que a atual configuração social tem se constituído alheia a princípios éticos importantes, e vem dando lugar a alternativas de gestão cujo horizonte está mais próximo ao controle e ao equilíbrio dos problemas sociais do que de fato à superação desses dilemas.

E em segundo lugar, situamos a experiência do PEVH como representativa do quadro social sugerido como *crise de sentido* e, nesse entendimento, afirmamos que experiências dessa natureza assumem-se contrárias a uma nova racionalidade ancorada em políticas públicas comprometidas com uma transformação social, ainda que tais experiências destaquem essa importância.

PRODUÇÃO DE SENTIDO NO CONTEXTO DA CRISE DE SENTIDO: O PROGRAMA EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS

Com vistas a compreender o que vem a ser *crise de sentido*, é pertinente responder a duas questões: o que é *crise*? E o que é *sentido*? Desse modo, elucidando a primeira questão, afirmamos que *crise* não é entendida aqui como esgotamento, colapso, falência, mas diz respeito a transformações intensas da sociedade; transformações promovidas e promotoras de novos modos de existir; transformações articuladas de maneira dinâmica à existência real e concreta.

Para avançar na resposta do segundo questionamento, apoiamo-nos nos autores Berger e Luckmann (2005), ao afirmarem que *sentido* é o que se desenvolve na consciência humana, na medida em que esta se volta à realidade objetiva. O *sentido* é, dessa forma, constituído subjetivamente a partir dos processos sociais. Seria, portanto, conforme os autores, uma forma complexa de consciência que não existe por si mesma, mas apenas por intermédio de relações entre *experiências*.

Desse modo, podemos afirmar que, nas relações sociais, o *sentido objetivado* interage com o *sentido subjetivo* constitutivo do sujeito numa trama dialética entre os aspectos estruturais da sociedade e os aspectos subjetivos da vida cotidiana, dando significado ao mundo social. Em outras palavras, as configurações superiores de valores e de sistemas de valores, ou seja, as configurações legitimadas interferem no processo de construção de *sentido* ao difundirem conhecimento entre a experiência coletiva e a experiência individual, ao mesmo tempo em que esta estabelece limites para aquela.

Assim sendo, o *sentido objetivo* ditado pelas grandes instituições de poder baliza o *sentido subjetivo*. Podemos dizer, então, que se trata tanto de uma produção de *sentido* legitimada socialmente quanto de uma produção de *sentido* reificada da realidade. Portanto, o agir no mundo, a partir de um universo simbólico objetivado por instituições de poder assentes em interesses privados, consequentemente, circunscreve a experiência atual a uma compreensão aparente da realidade e faz com que esse universo simbólico seja incorporado com naturalidade, sendo visto como único possível. No entanto, sem abdicar da contradição, alheio ao protagonismo na história, não sendo capaz de se perceber como

sujeito produtor deste mundo, ainda assim o homem preserva sua capacidade criativa diante da vida; ainda assim pode transcender o que lhe é imposto.

Diante disso, configurações superiores de valores (da apropriação de certos grupos em função do poder) se mostram presentes no intuito de supervalorizar a tolerância entre os subuniversos que vão surgindo, tendo em vista a afirmação de valores diversos. Mas, em contrapartida, essas configurações se afirmam para além dos subuniversos fragmentados e assentam-se em uma moralidade formal abstrata que obriga a submissão de todos os membros da sociedade, com vistas a manterem válidos seus princípios privados.

Nesse contexto, situamos o PEVH, implementado de maneira gradativa em algumas escolas municipais de Serra-ES em parceria com a iniciativa privada cujo *slogan* propagandeou a possibilidade de diminuição dos índices de reprovação e de violência nas escolas e o aumento da qualidade da educação a partir do ensinamento e da prática de cinco *valores* considerados pela proposta como fundamentais: *verdade, ação correta, paz, amor e não violência*. Assim, essa proposta voltou-se a “formar” cidadãos não apenas por meio do ensino de conhecimentos científicos, mas por meio do ensinamento de *valores humanos*. Foi, portanto, uma iniciativa que propôs aulas (sobre amor, esperança, solidariedade, responsabilidade, paz, etc.) a partir do direcionamento dos professores. E, nesse sentido, foi apresentada como uma cartilha a ser seguida pelos docentes; uma iniciativa que não nasceu nas escolas que a desenvolveram; que foi promovida como algo que deu certo (mesmo sem pesquisas que a tenham analisado) e que, portanto, deveria ser estendida a outras unidades de ensino. Essa experiência promovida pela Secretaria de Educação do município de Serra-ES, embora circunscrita a um contexto muito particular, nos permite alargar as reflexões, tendo em vista que tal realidade pode ser pensada como representativa de questões mais amplas que vêm sendo intensificadas no âmbito educacional.

As considerações em relação a *crise de sentido* poderiam justificar a importância da consideração dos valores humanos no âmbito educacional, no entanto, essa proposição pelo PEVH se coloca transvestida de uma lógica superficial que busca controlar as desigualdades e os dilemas sociais na medida em que não considera a negação de direitos como propulsora desses dilemas. O PEVH afirma e divulga um discurso simplista colocando nas mãos dos professores todas as responsabilidades em relação à educação.

Berger e Luckmann (1974), ao se referirem à *história das ideias*, afirmam que as teorias (e ampliamos essa compreensão também para discursos) ao mesmo tempo em que advêm da problematização da realidade, da busca pelo seu entendimento, também são responsáveis pela modificação da realidade na medida em que legitimam modos de pensar a respeito de determinado fenômeno.

Moraes (2009) afirma que a teoria, em seu lado positivo, fornece bases para um posicionamento racional e crítico e, em contrapartida, em seu lado negativo, pode acentuar tanto o ceticismo generalizado quanto o relativismo ontológico. Nesse entendimento é que as propostas desenvolvidas nas escolas precisam ser elucidadas tendo em vista compreender quais são seus reais objetivos. É preciso, portanto, que sejam destacadas no contexto em que se materializam, buscando suas intencionalidades mais amplas, para além do que anunciam.

PARCERIAS PÚBLICO/PRIVADA: INTENCIONALIDADES E EFEITOS NA ESCOLA

Gentili (2002, p. 25) indica-nos um paradoxo: “Dela [da escola] não se espera nada, e dela [da escola] se espera tudo”. Ou seja, ao mesmo tempo em que é anunciada a falta de qualidade, a falta de preparo da escola em frente à “sociedade do conhecimento”, ela é também afirmada como instituição que terá condições de superar os males sociais. Exige-se que a escola faça o que não pode fazer, confirmando assim seu fracasso ao mesmo tempo em que sua potência é exaltada.

Essa visão simplista impõe às escolas situações controversas a um posicionamento crítico e experiências são instauradas muitas vezes por meio das chamadas parcerias, parcerias que possibilitam o estabelecimento de convênios entre o poder público e outras instituições, como organizações não-governamentais, organizações religiosas, organizações da sociedade civil de interesse público, etc. Instituições que muitas vezes não guardam relação com princípios de coletividade e associação em torno de transformações macrosociais. Nesse sentido, as propostas que anunciam, embora se justifiquem (discursivamente) no aumento da violência, na perda dos *valores* (referindo-se à necessidade de resgate das questões éticas), nas condições de miserabilidade do mundo, na necessária melhoria das condições do ensino, na promoção da cidadania, na defesa dos direitos humanos, etc. não adensam essas questões não só por afirmarem que a escola será capaz de transmutar a ordem das coisas, mas também pelas bases teórico-filosóficas que as sustentam.

Conforme Silva (2007), o apelo no âmbito da sociedade civil para que individualmente cuidemos de nossa segurança e bem estar (pensar no futuro, fazer poupança, prevenir-se, fazer a nossa parte, etc.) e o apelo genérico à *solidariedade social* não favorecem uma gestão coletiva pautada na distribuição justa das riquezas sociais; pelo contrário, são apelos que esvaziam propostas de equanimidade e, portanto, reafirmam a desigualdade social na medida em que explicam as condições de vida sem considerar a profundidade das relações sociais.

Em muitos casos é comum que o discurso se desenvolva em torno da ideia de que a escola não tem dado relevância ao que de fato é importante no mundo atual, por isso não tem logrado êxito. Desse modo, a exemplo do PEVH, tais apelos asseveram que é preciso, além da intelectualidade, desenvolver a inteligência pautada na ética e no amor, pois apenas o

ensino de conhecimentos científicos sob o lema da eficiência não tem sido suficiente para promover mudanças na vida das pessoas rumo à felicidade. Assim, para instaurarem tais propostas, perseguem assuntos de grande relevância social e garantem abstratamente às escolas (seja diretamente via acordos com os gestores escolares, seja por intermédio das Secretarias de Educação com o estabelecimento formal de convênios/parcerias) a redução da evasão escolar; a melhoria da disciplina; a permanência e o sucesso dos alunos, dentre outras questões que não enfrentam, nem no plano teórico nem no prático.

Os sentidos pretendidos pelo desenvolvimento de tais experiências nas escolas, embora evidenciem questões atuais e relevantes, circunscrevem-se alheios a um debate mais amplo e profundo acerca da escola na atualidade, não sendo, então, capazes de traduzir seus enunciados em modos de efetivar mudanças. Embora tais propostas considerem o cenário atual baseado na individualidade, na fragmentação dos valores universais balizadores de sentido, na violência, na injustiça, na discriminação, não estabelecem diálogo com a realidade das escolas nem com os debates e pesquisas que circulam no âmbito da educação nacional. Abstêm-se de considerar as condições materiais de vida dos alunos e de suas famílias, reconhecendo-lhes os direitos negados. Abstêm-se de considerar as condições materiais de desenvolvimento do trabalho dos profissionais da educação, pois, não tocam nos fundamentos da ordem burguesa, conforme nos alerta Silva (2007).

É possível dizer que essas parcerias público/privadas são estabelecidas como “necessárias” sem, no entanto, questionar os valores subjacentes a elas. Nessa perspectiva, o sujeito aprendiz deve ser o responsável por seu aprendizado e a responsabilidade de educar é também da sociedade sob o lema “sociedade educadora”. Não seria essa uma maneira de diluir as responsabilidades e, portanto, também embaçar as desigualdades? Essa fragmentação tem dado lugar a propostas privadas em torno da educação. Propostas que não favorecem um olhar mais amplo ao contexto social; centram-se em uma perspectiva individualista dando à escola e aos docentes poderes magnânimos enquanto se autoproclamam.

Essas alternativas se distanciam de ideais *públicos*, efetivando-se mais como maneira de depreciar a escola, tendo em vista que não alcançam o que propõem por não ser tangível o que propagandeiam.

A grande questão refere-se à substituição do apelo político pelo apelo moral — na realidade, politicamente orientado — de modo a erodir ideologicamente o potencial de crítica social, contestação e transformação que impulsiona os projetos societários em confronto no âmbito da sociedade civil e no interior do próprio Estado (SILVA, 2007, p. 164).

São iniciativas assentes em um funcionalismo, em que o que se quer é evitar uma anomia. Visam apenas a contornar os dilemas mais explícitos e, claro, usufruindo dos recursos públicos disponíveis, seja recursos financeiros, via contratação de serviços, formalização de convênios, isenção de impostos ou outros benefícios, seja a própria proclamação pública dessas instituições em torno da ideia de “responsabilidade social”. “No plano retórico, preconiza-se a justiça social; no plano estratégico, busca-se investir no social, preservando o capital” (SILVA, 2007, p. 161).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocar em pauta o que se tem chamado *crise de sentido* é uma preocupação importante que sinaliza inconformidade com o modo que se tem existido e, ao mesmo tempo, possibilidade de criação de novos modos de existir. Situar a relevância da escola nesse cenário não significa dar-lhe poder magnânimo, como bem já nos advertiu Gentili (2002); é preciso saber o que se passa ali e reafirmar o que se constituiu ao longo da história — não sem contradições — como conquista, portanto como instituição *pública*. É nesse sentido que chamamos atenção às parcerias público/privada e a relação dessas propostas com os enunciados da *crise de sentido*.

Na esteira das “reformas” do Estado nas últimas décadas, as políticas educativas têm se atrelado a perspectivas que desresponsabilizam o Poder Público em nome do alargamento da participação e da garantia de direitos. No entanto, o desdobramento desse ideário no âmbito educacional tem mostrado a presença de organismos privados cujos princípios passam ao largo dos interesses públicos, na medida em que restringem a esfera de atuação estatal. Na medida em que o apelo político (fundamento a formulação e implantação de políticas públicas) é substituído pelo apelo moral que fomenta o fetiche da cidadania, conforme Silva (2007).

Embora as experiências propostas nas escolas, inspiradas e possibilitadas por parcerias que proclamam a importância da *consciência cidadã* reiterem a necessária urgência de superar a *crise de sentido*, a saída que propõem concebe a escola como grande responsável por esse feito e, nesse sentido, favorecem a deslegitimação da escola como instituição formativa.

REFERÊNCIAS

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno (Tradução de Floriano de Souza Fernandes). 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

GENTILI, P. A educação e as razões da esperança numa era de desencanto. In: Osowski C. I. (Org.) **Educação e mudança social por uma pedagogia da esperança**. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MORAES, M. C. M. A teoria tem consequências: indagações sobre o conhecimento no campo da educação [versão eletrônica]. **Educação e Sociedade**, v. 30, 2009. p.585-607.

SILVA, A. A. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.